

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 241

Período: 24/03/07 a 30/03/07

Franca – Brasil

- 01- Governo quer definir o futuro de Angra 3
- 02- Ministério da Defesa cogita reformas
- 03- Em entrevista, comandante da Marinha se queixa da situação dos militares
- 04- Crise Aérea I: Questões orçamentárias são apontadas como agentes catalisadores
- 05- Crise Aérea II: Aparelho danificado é devolvido pela FAB
- 06- Pedido do governo haitiano é condição para que Brasil retire suas tropas
- 07- Brasil cria equipamento denominado “espião atômico”
- 08- Morte de ex-líder do Comando Vermelho reabre assunto sobre possível negociação do Exército com facção criminosa
- 09- Comissão Interministerial elabora relatório sobre a Guerrilha do Araguaia
- 10- Aniversário de 43 anos do Golpe Militar tem silêncio do Exército
- 11- Crise aérea III: Lula tentou negociar “sem quebra de hierarquia

01- Governo quer definir o futuro de Angra 3

Segundo informações da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva agendou para 27 de Março, uma reunião com o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a fim de discutir a retomada da construção da terceira usina nuclear brasileira, Angra 3. Embora a discussão sobre a usina já tenha entrado e saído por diversas vezes da pauta do CNPE sem que decisão alguma fosse tomada, o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, afirmou que o projeto teria, no dado momento, grandes chances de ser executado. Para ele que é defensor do projeto, vários fatores estariam contribuindo à retomada do mesmo, dentre os quais: o domínio, pelo Brasil, da tecnologia tanto de construção e manutenção de reatores como a requerida para obtenção do ciclo nuclear completo; a detenção de uma grande reserva de minério de urânio – que é a matéria-prima para a geração de energia nuclear – e, por fim, a solução da questão dos resíduos nucleares, pois o país já teria avançado tecnologicamente no assunto. No entanto, a principal opositora ao projeto, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, argumentou que o mundo nos últimos anos não estaria construindo novas usinas atômicas, justamente por não estar dissolvida a questão dos resíduos. Já no âmbito da Casa Civil do governo, a exigência lançada é que o preço da energia produzida seja competitivo e não onere o consumidor. As obras de Angra 3, para as quais seria necessário o investimento de cerca de 1,8 bilhão de dólares previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seriam retomadas em julho e a usina entraria em operação em 2013, gerando 1350 megawatts (MW). Os resultados da reunião não foram divulgados pelos jornais acima referidos. (*Folha de S. Paulo* – Dinheiro – 24/03/07; *O Estado de S. Paulo* – Economia e Negócios – 24/03/07).

02- Ministério da Defesa cogita reformas

Em consonância com o *Jornal do Brasil*, o anúncio do novo ministro da Defesa deveria acontecer em breve. A escolha do nome para a pasta se daria em função de um ambicioso programa que não só reestruturaria a política de defesa do país, mas impulsionaria a indústria nacional. Os nomes mais cogitados para o cargo são o do senador do Partido da República (PR), Marcelo Crivella, ex-capitão do Exército e cujo perfil se assemelha ao dos formuladores do pretense programa; o do ex-presidente e senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), José Sarney, que possui um bom diálogo com os militares e conta ainda com o apoio do grupo Globo; e o do deputado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), Aldo Rebelo, que, apesar de sua filiação partidária, é bem-visto nas Forças Armadas, por sua posição nacionalista. O plano do Ministério da Defesa prevê que o orçamento do órgão dobre, em 2007, passando de 5,3 bilhões de dólares a 10,8 bilhões, podendo chegar a 100 bilhões nos próximos quatro anos. O projeto de “reaparelhamento”, como se costuma chamar, prevê a compra de novos aviões para a Força Aérea, a instalação de um novo centro de controle de vôos da União na área militar, um vultoso programa espacial e a construção de submarinos. Porém, a realização deste programa se condicionaria a vendas pela União de aeroportos, portos, terminais e outros bens das Forças Armadas brasileiras. (*Jornal do Brasil – Economia – 24/03/07*).

03- Em entrevista, comandante da Marinha se queixa da atual situação dos militares

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o novo comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, reiterou as reclamações feitas em seu discurso de posse, relacionadas à não liberação de recursos e aos cortes orçamentários que, segundo ele, põem em risco o programa de “reaparelhamento” e manutenção dos meios navais. Caracterizou, ainda, a atual situação como insustentável. Apesar do quadro material, o comandante não teme problemas com a tropa, a qual reconheceria as melhorias alcançadas desde o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, descartou a idéia de que as Forças Armadas necessitem trabalhar com a hipótese de um inimigo definido. Para ele, seu preparo deve ser constante no sentido de dissuadir a eventuais rivais. No entanto, de acordo com Moura Neto, a Marinha não dispõe de meios suficientes para proteger os 8,5 mil quilômetros da Costa brasileira, o que seria vital para a manutenção da soberania do país. No desfecho da entrevista, o comandante declarou não acreditar na existência de uma corrida armamentista na América do Sul. (*O Estado de S. Paulo – Brasil – 25/03/07*).

04- Crise Aérea I: Questões orçamentárias são apontadas como agentes catalisadores

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) vem advertindo sobre os problemas advindos da falta de investimento na área de controle do tráfego aéreo. Ao realizar suas propostas orçamentárias, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) relatou, em nota escrita, que a não liberação de recursos, assim como a retenção de outros fundos e recursos próprios da Aeronáutica – como taxas de embarque e tarifas de navegação repassadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura

Aeroportuária (Infraero), levaria à situação presenciada hoje nos aeroportos do país. O governo, no entanto, ignorou os pedidos orçamentários feitos em 2004, 2005 e 2006. A Aeronáutica, porém, nega que exista uma relação entre os problemas do controle aéreo e os cortes no orçamento. Segundo a *Folha de S. Paulo*, uma investigação da Controladoria de Contas da União (GCU), feita em parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, identificou movimentações suspeitas em contas de dirigentes e ex-dirigentes da Infraero. Além disso, outra investigação feita a pedido do Ministro da Defesa Waldir Pires, apontou irregularidades no processo de contratação de um software que seria utilizado na organização da publicidade nos aeroportos, realizado por parte, também, da Infraero. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/03/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/03/07).

05- Crise Aérea II : Aparelho danificado é devolvido pela FAB

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, um equipamento de auxílio aos pousos dos aviões, chamado de ILS, esteve desativado por mais de um mês, no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, depois de ter sido atingido por um raio. A liberação do aparelho foi dada pela Força Aérea Brasileira (FAB) em meio a uma troca de culpas com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) sobre a responsabilidade na demora do conserto. A ausência do ILS (que orienta pilotos para a posição e a inclinação da aeronave quando ela se aproxima da pista) fez com que os pilotos dependessem de boas condições meteorológicas para ver a pista e conseguir pousar. Isso acarretou atrasos e remanejamento de pousos. A Infraero afirma que o aparelho foi consertado em três dias, mas que a liberação para que pudesse voltar a funcionar ainda dependia de testes e da homologação da FAB. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* informaram que o ministro da Defesa, Waldir Pires, responsável pela FAB, solicitou à Infraero uma sindicância para apurar e punir os responsáveis pela demora no conserto. Em carta afirmou que "os responsáveis deverão ser afastados de função e logo substituídos interinamente e submetidos ao processo administrativo" ou até mesmo "demitidos exemplarmente". Segundo *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, teria assumido a responsabilidade pela demora na liberação do avião da FAB para testar o equipamento na pista. A quebra de equipamentos de auxílio e a demora para que eles sejam substituídos ou consertados são alvo de críticas freqüentes nos setores da aviação. Desde novembro de 2006 a FAB já apontava a existência de 40 instrumentos com essa função sem funcionar, incluindo desde ILSs até VORs, que fornecem as marcações e rumos exatos que uma aeronave deve tomar em seu percurso. Em São Paulo, existiam no final de 2006, VORs à espera de ajustes ou reposição, havia mais de quatro anos. A manutenção deles havia sido repassada da Aeronáutica para a Infraero sem um conserto final. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/03/2007; Jornal do Brasil – País – 26/03/2007; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/03/2007; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/03/07; O Globo – Economia – 27/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/03/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 28/03/07).

06- Pedido do governo haitiano é condição para que Brasil retire suas tropas

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que as tropas brasileiras somente deixarão o Haiti, diante de um pedido do governo haitiano. Os militares brasileiros estão no país desde 2004. O Brasil tem cobrado de países ricos, como os Estados Unidos e membros da União Européia, mais investimentos na infra-estrutura haitiana. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/03/07).

07- Brasil cria equipamento denominado “espião atômico”

Segundo a *Folha de S. Paulo*, O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) divulgou que, dentro de três anos, o Brasil deverá dispor de um detector de neutrinos a situar-se a 40 metros do reator da usina de Angra 2. Tal equipamento, por meio de partículas elementares, poderá revelar o que se passa dentro de um reator atômico, através de um mecanismo parecido com o utilizado para obtenção de impressão digital. O detector será instalado a 10 metros de profundidade, em um laboratório, e seu custo de 1 milhão de reais será financiado pelo governo federal. Para João dos Anjos, presidente da CBPF, o projeto visa colaborar com a criação de salvaguardas nucleares. A vantagem do detector é poder, em tese, ser usado mesmo em países que fechem as portas de suas usinas aos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). João dos Anjos explicou que o detector é feito com um cintilador líquido. Os neutrinos que saem do reator nuclear, por serem pouco reativos, atravessam qualquer material. Eles chegam ao equipamento, interagem com os prótons que já estão lá e, depois de outras reações, geram pulsos luminosos. A energia dos espectros de luz é serão objeto de análise. Por meio desses espectros é possível saber então qual a mistura de elementos combustíveis (plutônio ou urânio) que está sendo “queimada” na fissão nuclear que ocorre ali, a algumas dezenas de metros. Além disso, o detector permite medir a potência térmica real do reator e a taxa de neutrinos normalmente produzidos. Tanto pela mistura dos combustíveis quanto pelo monitoramento da potência, o uso de um reator nuclear para fins não-pacíficos, pelo menos em tese ainda, poderá ser flagrado. Como a única coisa que interessa na construção da bomba é o plutônio, e ele se forma a partir da fissão nuclear, o roubo desse elemento de dentro da usina para o lugar onde se constrói a arma terminará flagrada nos espectros obtidos no detector. Haverá menos energia proveniente do plutônio nos dados científicos. A retirada das barras enriquecidas com plutônio, na maior parte das vezes, não pode ser feita sem o reator ser desligado. Essa queda de potência também ficaria facilmente estampada nos espectros do “espião atômico”. (Folha de S. Paulo – Ciência – 28/03/07).

08- Morte de ex-líder do Comando Vermelho reabre assunto sobre possível negociação do Exército com facção criminosa

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o traficante e homicida, Robson Roque da Cunha, com quem integrantes do Exército teriam negociado em 2006 a devolução de dez fuzis e uma pistola roubados de um quartel no Rio de Janeiro, em troca da transferência do presídio onde estava, foi morto no dia 23/03/06 pela Polícia Militar. Segundo a *Folha*, em março de 2006, oficiais do Exército teriam negociado com ele, que era líder da

facção criminosa *Comando vermelho* (CV) a devolução das armas (que deveriam aparecer na favela dominada pelo CV) em troca da mudança de penitenciária. O terceiro compromisso firmado foi que o Exército deixaria cerca de dez favelas ocupadas por suas tropas desde o roubo do armamento. A negociação teria sido feita por oficiais do Serviço de Inteligência do Comando Militar do Leste (CML), representação do Exército no Estado do Rio de Janeiro. Após a negociação, as armas apareceram e Robson foi transferido da penitenciária de segurança máxima Bangu 1, para o presídio Edgard Costa em Niterói, estado do Rio de Janeiro, de regime semi-aberto de onde fugiu em janeiro de 2007. Ao ser questionado, o Exército, através do Centro de Comunicação Social, afirmou que não existiram negociações e que eles não comentariam o assunto. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 28/03/07).

09- Comissão Interministerial elabora relatório sobre a Guerrilha do Araguaia

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a Comissão Interministerial formada pelo governo federal há três anos e meio, a fim de encontrar restos mortais dos combatentes na guerrilha do Araguaia, que ocorreu no fim dos anos 1960, não foi bem sucedida em suas buscas. Um relatório sobre as iniciativas da Comissão foi apresentado no dia 28/03/07, em Brasília, e relata que as Forças Armadas, com base na legislação, destruíram todos os documentos relativos às operações militares realizadas naquela época. Além disso, o documento enumera nove recomendações, sendo a principal a de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “determine às Forças Armadas a realização de uma rigorosa investigação formal para a construção de quadro preciso e detalhado das operações realizadas na guerrilha, intimando e ouvindo formalmente os agentes ainda vivos no prazo de 120 dias”. Tal recomendação consta de sentença judicial, a ser confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça. A *Folha de S. Paulo* ainda divulgou que em entrevista, o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, signatário do relatório – juntamente com os ministros Waldir Pires (Defesa) e Dilma Rousseff (Casa Civil), além dos ex-ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Álvaro Ribeiro Costa (Advocacia Geral da União) – disse que a Comissão não aceita que a informação das Forças Armadas seja definitiva e que acredita que o Presidente da República acatará a recomendação e que as Forças Armadas cumpri-las-ão. Segundo informe do Centro de Comunicação Social do Exército, o assunto depende não mais da força, mas de outras áreas do governo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/03/07).

10- Aniversário de 43 anos do Golpe Militar tem silêncio do Exército

Conforme divulgou o jornal *Folha de S. Paulo*, o novo comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, não se pronunciaria nem publicaria mensagem oficial sobre o Golpe Militar de 1964, que fez aniversário de 43 anos no dia 31/03/07, quebrando as tradições da força. Segundo o jornal, a medida foi tomada para que constrangimentos fossem evitados, visto que os militares são criticados fora dos quartéis. Além disto, o silêncio foi visto como um preço a ser pago internamente, já que há um grupo específico da força – não mencionado pela *Folha* – que defende a ação militar praticada durante a ditadura. (Folha de S. Paulo – 29/03/07).

11- Crise aérea III: Lula tentou negociação “sem quebra de hierarquia”

Um novo apagão aéreo aconteceu em decorrência da paralisação dos controladores de vôo que impediram inúmeras decolagens, ao decidirem pelo “auto-aquartelamento”. Os controladores passaram a semana exigindo um diálogo direto com a Casa Civil ou com assessoria de alto escalão do Presidente da República. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo divulgou na sexta-feira, dia 30, uma manifesto em nome dos grevistas que enfatizava a reivindicação pelo “fim das perseguições e o retorno imediato dos representantes de associações e supervisores afastados de sua função de origem”. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o pedido fez referência à situação do sargento Edleuzo Souza Cavalcanti, transferido de Brasília. Outras reivindicações foram arroladas, como: a criação de uma gratificação para os controladores de vôo, o início da desmilitarização do controle de tráfego aéreo e a nomeação de uma comissão mista chefiada pelo Executivo para dirigir as mudanças no setor. Em resposta ao manifesto, o ministro da Defesa, Waldir Pires, garantiu o início da desmilitarização, mas apelou aos controladores que enquanto permanecessem militares, respeitassem a disciplina e a hierarquia características da corporação. Lula pediu que o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, negociasse o fim do motim, preservando a hierarquia da instituição. Sem sucesso, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, ameaçou dar voz de prisão a cerca de 200 controladores, os quais responderam que a greve resistiria às prisões. A falta de pessoal civil para substituir os controladores que seriam presos fez o presidente Lula, juntamente com o Comando da Aeronáutica, desistir das prisões e ceder às reivindicações dos militares, ainda que as concessões pudessem abrir precedentes para outras quebras de ordem, afetando, portanto, a premissa de negociar preservando a disciplina e a hierarquia. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/03/2007).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula

Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).